

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA ALBUQUERQUE
DIANA DAYSE DO NASCIMENTO SOUZA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contribuições para o
enfrentamento da exclusão social**

**JOÃO PESSOA
2013.2**

ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA ALBUQUERQUE
DIANA DAYSE DO NASCIMENTO SOUZA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contribuições para o
enfrentamento da exclusão social**

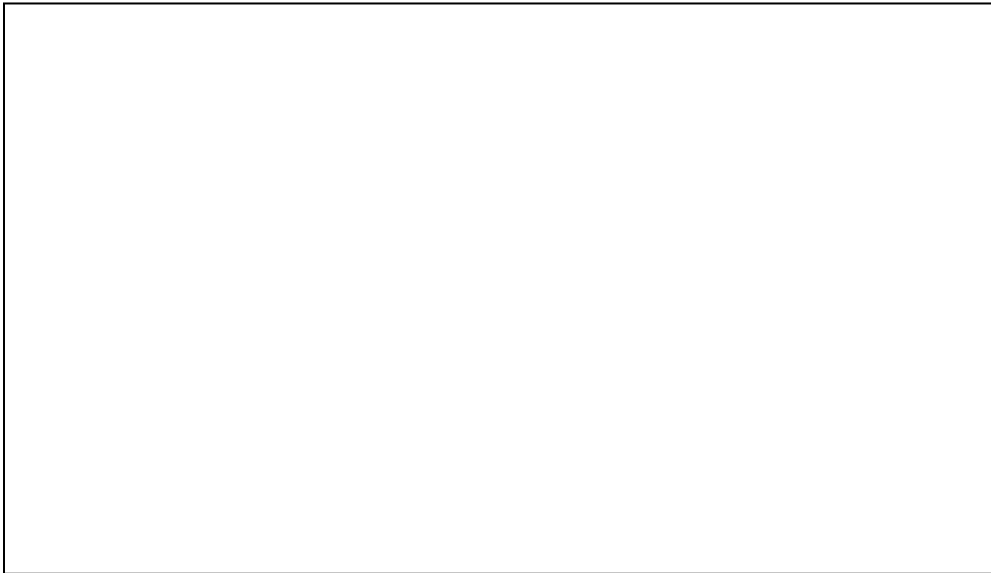
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz

JOÃO PESSOA

2013.2

FICHA CATALOGRÁFICA

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is intended for entering cataloging data.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA ALBUQUERQUE
DIANA DAYSE DO NASCIMENTO SOUZA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contribuições para
o enfrentamento da exclusão social**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____/____/____ para obtenção do
título de Licenciadas em Pedagogia.

Banca Examinadora:

Dra. Adriana Valéria dos Santos Diniz

Professora Orientadora – UFPB

Dra. Laura Maria de Farias Brito

Professora de TCC – UFPB

Dra. Emília Maria da Trindade Preste

Professora Convidada - UFPB

Dedicamos aos trabalhadores, às donas de casa, aos jovens, aos adultos e aos idosos que interromperam seus estudos, que vivem à mercê de um sistema elitista e excludente e, na maioria das vezes se culpam e se envergonham por não serem alfabetizados, e que na sua ingênua concepção não conseguem compreender os vários motivos contribuíram para que seus direitos fossem restringidos. A eles, nossos sentimentos e respeito.

AGRADECIMENTOS

Alessandra de Carvalho Silva Albuquerque

À Deus, que me concedeu a vida e a família que tenho. Obrigada, Senhor!

Aos meus pais, Alúcio Afonso Rosas de Albuquerque e Girlaine de Carvalho Silva, em especial, a minha mãe que foi minha inspiração e exemplo de luta, sem esquecer de todo amor que recebo dela até hoje.

Ao amor da minha vida, Roberto José, por acrescentar amor e alegria aos meus dias. Como também, agradeço as minhas amadas filhas, Maria Eduarda e Maria Fernanda, por terem dado mais sentido a minha vida.

As minhas irmãs, Aline Albuquerque e Alúzia Albuquerque, manifesto carinhosamente o meu agradecimento, por todos os instantes que vivemos.

Aos meus sogros, Roberto Veras Baracuhy e Maria de Fátima Lins de Melo, dedico enorme agradecimento, por todo carinho e dedicação comigo e pelos momentos felizes que me proporcionaram.

A todos os familiares, parentes e amigos, pelos carinhos, abraços, sorrisos e pelas mãos que sempre se estendem quando precisava, meus sinceros e imensos agradecimentos.

A minha companheira Diana Dayse, por ter acreditado na minha capacidade, por todos os incentivos, por todas as dedicações e desdobramentos, que conduziram o nosso TCC e, principalmente, por sua alegria contagiante. Expresso sincero, enorme e carinhoso agradecimento.

À Camila Araújo, por todas as dicas e encaminhamentos que nos ajudaram a conquistar esta etapa. Agradeço de forma especial a nossa grande colaboradora!

A nossa professora orientadora, Doutora Adriana Valéria Diniz, que aceitou e apoiou a nossa proposta.

A todos os professores da área de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba, pelo belo trabalho que desempenham pela educação.

A esta Universidade e a todos que fazem parte dela, desde os auxiliares de limpeza até a nossa Reitora.

AGRADECIMENTOS

Diana Dayse do Nascimento Souza

À Deus, que me proporcionou o dom da vida e que se faz presente tão nitidamente nos meus dias. E eu posso sentir perfeitamente isso.

Aos meus pais, Manoel Francisco de Souza e Marinêz Neco do Nascimento, por me conceder a vida e por serem o meu porto seguro.

Aos meus irmãos Diego, Daniel e Vitória, por se fazerem presentes em meus dias e pelos momentos de ajuda.

A minha querida tia Marilene Neco, a qual desde criança quis me espelhar. Agradeço pela sua presença, incentivo e amor. E a tio Emerson pelos singelos gestos de carinho e ajuda.

À Maria Clara, Luana e Maria Cecília, que tornam meus dias mais coloridos, embora crianças me proporcionam força e conseguem arrancar de mim os melhores sorrisos, mesmo quando eles temem a não aparecer.

A minha prima/irmã Rafaelle Andrade, que mesmo distante se faz tão presente em minha vida, tornando a minha melhor confidente.

À Michelly Souza, pela amizade e apoio sempre, além de cunhada se tornou uma grande e importante amiga.

As minhas tias Iraci e Aldenice pelo amor e incentivo.

As minhas amigas de infância Ana Cláudia e Laryssa Oliveira, pela amizade, presença e apoio sempre.

Agradeço à Escola Centro Educacional Rosa de Sarom, por me proporcionar não apenas ensinamentos acadêmicos, mas valores que levarei comigo para o resto da vida.

À Elizabete Alves de Barros, pela sua rica amizade a por me ajudar a trilhar o caminho da educação.

A Tony Garcia, o qual desde 1997, vem se mostrando mais que um padrinho, um grande amigo e que, mesmo longe, fez parte da minha formação escolar, pessoal e cristã.

À Camila, Rayssa e Simone por me ajudarem a superar os obstáculos encontrados ao longo de quatro anos e meio. Em especial a Camila, que nos últimos anos me proporcionou uma linda amizade e pela sua colaboração na construção deste trabalho.

A Alberto Carlos dos Santos, pela sua significativa presença em 2013. Acredito que Deus coloca anjos em nossos caminhos, e estes não são de asas e voadores, eles são assim, pessoas comuns como você. Obrigada por me fazer conhecer o melhor que eu tenho.

À Maria Helena Medeiros, pelas confortáveis palavras de incentivo para a realização deste trabalho e também pela sua presença significativa e doce.

À Alessandra Albuquerque, minha companheira deste trabalho, sem ela a construção do mesmo, não teria acontecido de tal forma. Sua dedicação, carinho e amizade foram de grande importância.

Agradeço à prof^a. Dra. Adriana Diniz, pela iniciativa de nos acolher e nos orientar, em meio a uma vida tão cheia de compromissos.

A todos os professores pelas contribuições ao longo do curso.

Agradeço à UFPB, por me proporcionar essa formação. Ser aluna desta instituição era um sonho, e ter conseguido isso é a minha maior conquista.

“Ultrapassa-te a ti mesmo a cada dia, a cada instante. Não por vaidade, mas para corresponderes à obrigação sagrada de contribuir sempre mais e sempre melhor para a construção do Mundo.

Mais importante que escutar as palavras é adivinhar as angústias, sondar o mistério, escutar o silêncio”.

(Dom Helder Câmara).

RESUMO

O presente trabalho é resultado dos nossos estudos na área de aprofundamento da Educação de Jovens e Adultos. A temática foi baseada nesse público, de modo que apresentamos possibilidades que a Educação de Jovens e Adultos pode proporcionar ao enfrentamento da exclusão social. Expomos estudos sobre a relação entre a EJA e a exclusão, direcionando uma reflexão acerca dessa modalidade de ensino junto ao cenário brasileiro, observando as políticas públicas voltadas para essa área. Pautamos, também, uma discussão que demonstra alguns fatores que são determinantes para o sucesso ou o fracasso escolar sejam eles sociais, políticos ou econômicos. A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais, sendo uma na cidade de João Pessoa e a outra na cidade de Bayeux, estado da Paraíba. O principal objetivo é analisar, por meio das práticas pedagógicas, o papel social da EJA para o combate das desigualdades sociais. Para tal, entrevistamos ex-alunos dessa modalidade, a fim de verificarmos até que ponto a educação, e neste caso, a modalidade de ensino EJA, contribui para uma possível mudança pessoal e social. Para a realização desse estudo, nos embasamos em alguns teóricos, tais como: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Pablo Gentili e Jordi Estivill. Concluímos que não basta apenas garantir a matrícula aos indivíduos ou inseri-los na escola. É preciso criar condições para a permanência dos educandos, uma vez que a inclusão não se resume ao ato de inserir, mas de propiciar uma contínua assistência no desenvolvimento pleno do aprendiz.

Palavras-chave: EJA. Exclusão. Educação.

ABSTRACT

This work is the result of our studies on the deepening of Adult Education. The theme was based on this audience for we present possibilities that education can provide young people and adults to fighting social exclusion. We expose some considerations about EJA and exclusion by directing a reflection on this modality, with the Brazilian scenario, noting this area focused on public policy. Also guided a discussion that demonstrates some factors which are decisive for the success or failure at school, they are: political, social and economic . The survey was conducted in two public schools, one in the city of João Pessoa and the other in the town of Bayeux, state of Paraíba. Since the main objective is to analyze through pedagogical practices, the social role of AYE to combat social inequalities. To this end, we interviewed former students of this type, so as to check the extent to which education, and in this case, the mode of teaching EJA contributed to a possible personal and social change. To conduct this study , we based on some theorists such as Paulo Freire , Moacir Gadotti , Pablo Gentili and Jordi Estivill. To do so, not enough to ensure enrollment to individuals or insert them in school. However, it is necessary to create conditions for the permanence of the students, since the inclusion is not just the act of entering, but to provide ongoing support in the full development of the learner.

Keywords: AYE . Exclusion. Education.

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - Os motivos que determinaram a não frequência da escola no tempo regular	46
QUADRO 2 - Idade e como foi alfabetizado	47
QUADRO 3 - Motivo que impulsionou a volta aos estudos	47
QUADRO 4 - Os maiores obstáculos encontrados na volta aos estudos.....	48
QUADRO 5 - Formação atual	48
QUADRO 6 - Momento da vida em que se sentiu excluído	48
QUADRO 7 - Momento que faltou estudo necessário para fazer algo\ exercer alguma atividade	49
QUADRO 8 - O sentimento diante das dificuldades citadas anteriormente	49
QUADRO 9 - Reação para mudar a situação que se encontrava	50
.....	
QUADRO 10 - Os sonhos almejados	50
QUADRO 11 - Recado para aqueles que não concluíram os estudos ou estão pensando em parar de estudar	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA	12
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.3 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2 A EJA E O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL	20
2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL	24
2.2 EJA E O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA ...	30
3 AS POSSIBILIDADES QUE A ESCOLA PODE PROPORCIONAR PARA O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL	37
3.1 PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE EX-ALUNOS DA EJA	41
3.1.1 Caracterização das escolas campo de estágio	42
3.1.2 Observações da prática pedagógica no âmbito da EJA	43
3.1.3 Conhecendo as histórias de vida dos alunos e ex-alunos da EJA	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	58
APÊNDICE A – Questionário Aplicado.....	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA

O interesse na elaboração do presente trabalho surgiu a partir do envolvimento com a Educação de Jovens e Adultos- EJA, durante os dois últimos períodos do curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba. Com efeito, as vivências formativas empreendidas nesta modalidade, totalizando oito meses, foram de grande valia para nos deixar encantadas e reflexivas junto a essa respectiva área da educação. Percebemos que até a maneira de condução das aulas e o sentimento de sensibilidade em relação a nós estudantes foram diferentes nesses períodos. A impressão que tivemos é que os docentes das disciplinas da EJA expressam uma postura uniforme em relação aos alunos, de modo que essa postura é formada por uma leitura humanizada, globalizada, porém de maneira particular direcionada a cada discente. Presenciamos vários relatos de colegas de turma que diziam: “os professores da EJA parecem ser mais humanos, humildes e legais (*sic*)”.

Contudo, não podemos continuar este texto relatando que os motivos que nos direcionaram a compor esta temática surgiram no decorrer da nossa trajetória acadêmica desde o início da graduação, infelizmente! Entendemos que essa frase não irá representar na prática, a opção do nosso tema, uma vez que este não foi pensado e tão pouco vivenciado ao longo do curso, tão somente no seu final, a partir da área de aprofundamento.

Obtivemos o contato com a Educação de Jovens e Adultos no penúltimo período do curso de graduação em Pedagogia da UFPB, ou seja, praticamente no final do curso. Percebemos que até dentro da instituição que “forma” e que compõe debates a fim de “romper barreiras” acerca da EJA, existe uma contradição relacionada entre o “dito” e a prática. Para sermos mais “claras”, estamos fazendo uma ressalva ao currículo do nosso curso.

Percebemos que geralmente essa modalidade não recebe o destaque e a importância que deveria ter, e tal afirmação foi sendo consolidada em nossa mente ao longo dos nossos estudos na academia, uma vez que fomos mais direcionadas à docência na Educação Infantil. Ora, e a nossa formação enquanto futuros profissionais da Educação de Jovens e Adultos? É de se pensar na qualidade desses profissionais que a UFPB está encaminhado para o mundo de trabalho, e

justamente para um público que necessita de um “olhar” diferenciado, e uma metodologia que se adeque ao seu perfil. Entendemos que desde a formação desses profissionais, deve haver um respeito, uma atenção e uma significação nessa área, não há como pensar em uma melhoria “lá fora” sem que antes comecemos “aqui” dentro da universidade. Outra circunstância que nos chama atenção é o fato daqueles colegas de sala, que não optaram por se aprofundar na EJA, pois estes estudaram apenas um semestre dessa modalidade. E isso é preocupante, porque o educador vai além de um mero profissional que transmite conhecimentos, ele tem uma contribuição significativa para a formação do cidadão, acoplando também, o público da EJA. Então, mais que profissionais somos instigadores, geradores, contribuintes do conhecimento e formadores de opiniões.

Nesta perspectiva, a escola tem uma grande importância na aquisição ou não desse conhecimento, desse pensamento crítico e dessa busca incessante pela mudança. E a modalidade de Jovens e Adultos requer muito esse posicionamento, uma educação que vai além das disciplinas; que consiga atingir esse tal pensamento crítico, e que esse pensamento venha a se tornar ações concretas de intervenções na sociedade, como Freire (2011, p.67) nos apresenta, esclarecendo que, “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”, este deveria ser o principal objetivo da aprendizagem, “processar” esse conhecimento adquirido em ações de melhoria junto à realidade social de cada sujeito.

Pensando assim, entendemos que a escola, e de modo particular a EJA, tem como uma das suas funções sociais contribuir para o enfrentamento da exclusão social e para o desenvolvimento da cidadania e da criticidade dos alunos. Para tanto, o presente trabalho busca examinar as contribuições efetivadas ou não, por duas escolas na Paraíba, sendo uma localizada no município de Bayeux e a outra no município de João Pessoa, mais precisamente no bairro Altiplano, no tocante a estas questões.

Refletindo sobre essas questões, nosso trabalho é “fruto” de um breve contato com a Educação de Jovens e Adultos, realizado no decorrer dos estudos na área de aprofundamento. Nossa ideia “amadureceu” praticamente no último semestre do curso, e com isso, gostaríamos de ter obtido mais tempo e contato junto a essa temática, porém o currículo que compõe nosso curso de Pedagogia hoje, não nos permitiu aprofundar mais sobre essa modalidade, mesmo assim, com o

conhecimento adquirido nesses meses, pretendemos aqui suscitar uma breve discussão a respeito da EJA e da função social da escola.

Então, subentendemos que a escola está dentro de um sistema “alienante”, e por isso trás consigo características alienadoras. Os estudos de Paulo Freire se pautam na concepção que a educação oferecida pela escola é conservadora e tem como pretensão “acomodar” os alunos. Já a que ele defendia, tinha como caráter a criticidade, que objetivava a inquietação dos aprendizes em relação ao mundo, no qual essa estimulação sendo provocada pelas indagações poderia produzir o desejo de mudança social e, por sua vez a:

... elevação do pensamento das massas, o que se sói chamar apressadamente de politização”, a que se refere Fanon, em *Los Condenados de la Tierra*, e que constitui para ele uma forma de se “ser responsável nos países subdesenvolvidos, começa exatamente por esta auto-reflexão. Auto reflexão que as levaram ao aprofundamento e de que resultará sua inserção na história, não mais como espectadores, mas como figurantes e autoras. (FREIRE, 1983, p. 36).

Sendo assim, é necessário que esta instituição não tenha apenas a função de escolarizar, mas de promover uma educação para jovens e adultos capaz de ir além da mediação de conteúdos, capaz de relacionar as disciplinas com a vivência e com as necessidades básicas dos alunos, em que o conhecimento estudado e produzido propicie um anseio de mudança e uma real emancipação.

A escola, enquanto instituição social, não é uma ilha, está inserida na sociedade, assim como a sociedade adentra na escola, portanto as questões cotidianas que envolvam inclusão, cidadania e política, estão intrinsecamente acopladas ao contexto educacional e a escola não pode ser omissa quanto a isso.

Para compreendermos melhor o significado das expressões exclusão e social, buscamos no dicionário Aurélio (2001, p. 304 e 642), o conceito de cada um deles. Excluir é definido como “eliminar, pôr fora, expulsar, retirar, privar, despojar”. Exclusão, como “ato de excluir” e social relativo à “sociedade”. Após essa pequena exposição da significação desses dois termos, continuaremos nossa discussão, tomando como norte a teoria de Paulo Freire, em relação aos que estão desprovidos dos direitos sociais básicos de um ser humano.

Percebemos que de uma maneira direta ou indireta, o tema “exclusão sócial” basicamente esteve presente nos estudos, os discursos e as publicações de Freire.

Entendemos que sua teoria era, e é, voltada para a superação da realidade injusta que se encontra a maioria dos brasileiros. Ao passo que essa infeliz realidade geralmente transcorre de geração em geração. É notório detectar o perfil do público assistido pela EJA, o qual frequentemente são indivíduos advindos da classe baixa e que em um determinado momento e por algum motivo, foram conduzidos ou obrigados a romper com os estudos.

Pablo Gentili apresenta-nos como a escola tem uma função importante na construção dessa descaracterização da conduta, que infelizmente perpassa de pais pra filhos, e que essa falta de estudos trás consigo a negação de vários outros saberes e oportunidades, sendo que esses fatores começam muitos anos antes do ingresso a uma sala de aula da EJA, como nos mostra Gentili (1997, p. 11):

Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que tem menos êxito se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que tem menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas não, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

A título de conhecimento e de superação desta realidade, que assola cada vez mais as classes subalternas do Brasil, buscamos entender até que ponto a metodologia, a prática pedagógica e o currículo escolar contribuem para o enfrentamento desses problemas sociais, uma vez que esta instituição pode contribuir para o sucesso ou o fracasso do indivíduo não apenas na escola, mas na vida social.

O sujeito da EJA, de modo geral, não foi apenas excluído do direito à educação, mas também teve negado o acesso a outros direitos, dentre eles, a saúde, a moradia, ao trabalho, a assistência social e ao lazer. De acordo com o Marco de Ação de Belém (2010), a aprendizagem dos adultos tem uma grande importância social, contribuindo para o enfrentamento das diversas formas de exclusão dentro de uma sociedade. Na VI CONFITEA (UNESCO, 2010) ressaltou-se ainda que é necessário passarmos da retórica para a ação, ou seja, recomenda executar políticas públicas mais inclusivas, equitativas, democráticas, emancipadoras e humanistas, no sentido de fortalecer o direito à educação e promover a melhoria na qualidade do processo educativo.

A Educação de Jovens e Adultos é concebida como processo de inclusão e de enfrentamento da exclusão social. Na análise do Documento, podemos constatar que a EJA combate à exclusão, na medida em que é garantida como um direito humano e social, indutora da garantia de outros direitos, por meio de uma ação intersetorial, isto é, da colaboração entre os diversos setores de um governo em função da garantia de uma rede de direitos, historicamente negados aos jovens e adultos. A EJA é vista, além do mais, como uma modalidade de formação para a cidadania plena, ativa, em que o jovem e o adulto passam a atuar de forma consciente sobre a sua realidade e a intervir nela, numa perspectiva de transformação.

A EJA, de acordo com a Lei nº 9394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, pra tal deveria receber um tratamento consequente. (PARECER CNE/CEB nº 11/2000, p. 02).

Porém, mesmo após decretada a lei citada anteriormente, continuávamos a ver muitos brasileiros nesta etapa da vida sem acesso à leitura e à escrita, ou ainda, a educação acontecia de forma contingente, não atendendo às necessidades da população inserida na EJA.

Frente a este quadro, nos inquietam algumas questões que se configuram como eixos norteadores desta pesquisa: A EJA contribui para o enfrentamento da exclusão social no Brasil, de modo particular nas escolas pesquisadas? A prática pedagógica adotada na EJA propicia o crescimento pessoal e social dos educandos? Que metodologia é adotada pelos professores? A metodologia estabelece vínculos com a realidade dos alunos? Há, no cotidiano da escola, experiências bem sucedidas da EJA?

1.2 OBJETIVOS

Diante destes pressupostos, a presente pesquisa possui os seguintes objetivos:

GERAL

Analisar o papel da Educação de Jovens e Adultos para o enfrentamento da exclusão social no Brasil, de modo particular na Paraíba.

ESPECÍFICOS

Verificar se a prática pedagógica adotada na EJA propicia o crescimento pessoal e social dos educandos.

Conhecer a metodologia adotada pelos professores, verificando os e vínculos estabelecidos com a realidade dos alunos.

Mapear experiências de alunos ou ex-alunos bem sucedidas da EJA, no sentido de enfrentamento da exclusão.

1.3 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

Quanto aos aspectos teórico-metodológico, a nossa pesquisa se baseia em três vertentes, sendo elas: exploratória, bibliográfica e qualitativa. Na exploratória, segundo Slltiz apud Gil (2002, p. 42), “na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico, (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”. Na bibliográfica, GIL (2002, p. 44) menciona que, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, os quais correspondem ao suporte utilizado para o embasamento da nossa pesquisa. As autoras Ludke e André descrevem bem o conceito de pesquisa qualitativa, quando relatam que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como uma fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento: Os dados coletados são predominante descritivos; A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; “ O significado” que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo”. (LUDKE; ANDRÉ, 1996, p. 12).

O instrumento que usamos para a coleta de dados foi um questionário elaborado por nós e, algumas anotações feitas discretamente das observações nas escolas. Concomitantemente, a pesquisa-ação nos permitiu uma abordagem maior em relação ao tema estudado, assim como a aproximação com os educandos, nos possibilitou conhecer suas dificuldades, desejos e sonhos. O diálogo informal nos

corredores da escola, no refeitório, antes e depois das aulas, foi também de suma importância e nos inspirou bastante na construção da presente pesquisa.

Quanto a sua estrutura, este trabalho está organizado em três capítulos. Este primeiro, de caráter introdutório, em que tratamos da problemática, da justificativa, dos objetivos e da metodologia.

No segundo capítulo, abordaremos uma discussão sobre o objeto deste estudo, a EJA e o enfrentamento da exclusão social, descreveremos a importância da Educação de Jovens e Adultos para a sociedade, apresentando seus objetivos e a forma de atuação. Depois, de forma breve, percorremos pela história da Educação de Jovens e Adultos, iniciando nosso trajeto com a chegada dos jesuítas ao Brasil, passando pelo período Colonial, Imperial e Republicano. Adentramos no século XX analisando o processo de industrialização do país. Também, abordaremos a década de 40, na qual surgiram as primeiras campanhas de alfabetização de massa em âmbito nacional, chegando ao surgimento dos movimentos populares de educação, que tiveram como subsídios os ideais e as teorias de Paulo Freire. Em momento ulterior, fazemos uma ressalva ao período da Ditadura Militar, dando ênfase a dois projetos e métodos de alfabetização: a Cruzada ABC e o Mobral. Relatamos um pouco dos anos 90, até chegar aos dias atuais. E para fechar a esse capítulo, trataremos da EJA e o combate à exclusão social na sociedade brasileira, discorrendo acerca do papel da EJA no cenário nacional.

No terceiro capítulo intitulado, as possibilidades que a escola pode proporcionar para o enfrentamento da exclusão social, discutiremos a respeito da função social da escola, a postura do educador da EJA e as formas de atuação que podem depreciar algumas formas de exclusão.

Por fim, apresentamos as considerações finais respeito ao tema e seus objetivos, assim como uma breve análise acerca das nossas aprendizagens no processo de elaboração do TCC.

Espera-se com esta pesquisa contribuir com as discussões, no que tange a respectiva temática, não apenas a título de absorção de conhecimento, mas desejamos que a referida pesquisa possa auxiliar profissionais da área educacional, bem como que a nossa experiência vivenciada no estágio, possa ser norteadora de avaliação e reflexão da prática pedagógica.

2 A EJA E O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Neste trabalho nos interessa compreender a relação entre EJA, entendida como processo social, político, cultural e educacional, e suas contribuições para o enfrentamento da exclusão social.

A exclusão social continua sendo uma temática contemporânea e, concomitantemente, vem sendo problematizada ao longo dos anos por inúmeros estudiosos. A exclusão social pode ser definida como o resultado da ação dos grupos sociais considerados mais favorecidos em detrimento da classe popular, de modo que a intenção da elite consiste em manter as classes menos favorecidas subordinadas as suas regras de convivência e conveniência, bem como excluídas dos bens materiais e culturais que lhes são de direito. Conforme Estivill (2003, p.01):

A exclusão social é, simultaneamente, um fenómeno do passado e do presente e, se não for solucionado, pertencerá também ao futuro. Ao longo da história evoluiu no que respeita às suas características e concepções. E, embora exista um conhecimento patrimônio comum da humanidade sobre o seu significado, é inegável que a exclusão apresenta diversos rostos nos vários continentes e, dentro deles, nas regiões e países. Da mesma forma, as medidas e as estratégias necessárias para combatê-la foram evoluindo e não são as mesmas nos quatro cantos do mundo. As pessoas, os movimentos sociais, os actores sócios económicos e os diversos âmbitos da administração pública, também não actuam em consonância.

A exclusão social, nesta perspectiva, engloba causas e consequências diversas, dependendo do contexto e da localidade em que ocorra. Ao passo que as tomadas de enfrentamento, também, devem corresponder às especificidades locais. Este termo, por vezes, encontra-se atrelado à exclusão dos bens materiais e/ou económicos, ou seja, os excluídos seriam aqueles considerados aquém dos recursos financeiros esperados pela sociedade capitalista. Para Estivill (2003), a exclusão originou-se desde o momento em que homens e mulheres decidiram viver de forma coletiva, buscando dar sentido à vida em comunidade. E é na busca deste sentido que os conflitos entre os grupos pela tomada de poder começam a emergir.

Fazendo referência à exclusão social na Europa, o referido autor esclarece que buscava-se fazer uma distinção entre homens e mulheres, estabelecendo os que têm plenos direitos e aqueles que são desprovidos destes, de modo que esta postura não era vista como exclusão, mas, sim, como algo normal que seguia uma ordem humana e religiosa. Para tanto “[...] os processos ascendentes de racismo, integrismo e de tratamento punitivo da alteridade continuam de forma explícita [...]”

(ESTIVILL, 2003, p.06), ultrapassando as questões de gênero e do social, adentrando como consequência no campo educacional.

Com efeito, o conceito de exclusão é bastante polissêmico, na medida em que por vezes confunde-se com a pobreza. Estivill (2003) continua expondo que o termo pobreza antecedeu o termo exclusão, sendo este recente, ao ponto de culpabilizar ou estigmatizar os coletivos considerados mais vulneráveis. O autor faz uma crítica à utilização do termo exclusão, em razão da multiplicidade de sentidos que lhe fora atribuído, sendo qualificado como “saco fundo” (local que cabe tudo) ou loja de conveniência (local que se vende de tudo), tornando-o um termo vulgarizado, o qual é munido de tantos sentidos que acaba ficando saturado ou sem sentido. Com isto, se exclusão social acopla todos os acontecimentos de submissão sobre os grupos ditos inferiores, torna-se algo complexo e de difícil solução para tantas situações adversas.

Não obstante, atrelada às condições materiais, a exclusão social é refletida na sociedade como a insatisfação do ser humano perante o que não pode realizar para si ou para a sua família. Além de objetivar a coesão interna, no sentido em que determinados grupos seguem modas, hábitos ou ideias dominantes (ESTIVILL, 2003), como se estas fossem as únicas posturas adequadas para que grupos específicos sejam aceitos pela sociedade.

Outro paradigma de sentido é a autoexclusão, a título de exemplo, o mesmo autor cita os ciganos como um grupo em que buscou a exclusão para afirmar sua identidade, cuja distância da sociedade engendrou a afirmação dos seus princípios, sem que as influências externas pudessem interferir na cultura local, a saber: o apego ao trabalho e a falta de respeito pelos mais velhos. Sendo assim “qualquer sociedade, qualquer grupo, mesmo qualquer indivíduo, cria e possui as suas regras, mais ou menos explícitas [...]” (ESTIVILL, 2003, p. 14), postulando diferenças entre o significado do eu e do outro, afirmativa que contribui para entendermos que as rupturas sociais, não só excluem, mas podem demonstrar novas possibilidades de coesão social, baseando-se no respeito às diversas culturas existentes.

A partir dessa conjectura, a Educação de Jovens e Adultos surge, no contexto brasileiro, como uma modalidade de ensino fundamental e de ensino médio, direcionada a jovens e adultos, com a finalidade de diminuir a desigualdade social e oportunizar o início ou a conclusão dos estudos.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, Parecer 11 de 10 de maio de 2000, p. 05).

A Educação de Jovens e Adultos é oferecida em cursos presenciais, semipresenciais e não presenciais. Segundo o Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000, do CNE, a EJA possui três funções, são elas: reparadora, equalizadora e qualificadora. Em um mundo cada vez mais globalizado, se faz necessário uma educação que consiga abranger as reais funções e necessidades dos indivíduos. Entendemos que, mesmo com essa globalização nos dias atuais, há também certa contradição, no sentido do distanciamento nas relações sociais de alguns grupos e as condições econômicas como determinantes para ditar o modo de vida de cada um e a maneira de dominação e sujeição com que se confrontam.

A Educação de Jovens e Adultos tem uma função crucial na perspectiva de combate à exclusão social. Mas, é importante salientarmos que não estamos alegando aqui que, a Educação é a redentora dos problemas sociais, mas como já dizia Freire (2000, p. 67) “se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

A problemática da exclusão para o contexto educacional, mais precisamente na Educação de Jovens e Adultos, também está relacionada à pobreza, na medida em que os sujeitos dessa modalidade são, geralmente, “frutos” de histórias mal sucedidas de seus antecedentes e por terem tido o direito à educação negado, perderam, também, outros direitos básicos da condição humana. Segundo (GADOTTI, 2009, p. 6), “o analfabetismo é uma ofensa ao direito de cidadania: é como negar o direito humano à comida, à liberdade, o direito a não ser torturado”.

Cabe à escola a responsabilidade de formar cidadãos que pensem essas questões e que possam perceber os vários motivos que levam um indivíduo a ser considerado excluído. É papel da EJA formar educandos que sejam agentes de seu próprio tempo e espaço.

Para a Educação de Jovens e Adultos, a alfabetização desses alunos é entendida como o início e uma etapa de educação ao longo da vida, uma vez que, somos seres inacabados, segundo Paulo Freire. Sabemos que alfabetizar é uma

parte fundamental da EJA, mas não é a única e nem a principal função desta modalidade, pois entende-se que o ato de ler vai além das palavras, a modo de uma leitura de mundo:

...desde muito pequeno aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. (FREIRE, 1993, p.71).

A Educação de Jovens e Adultos tem um comprometimento com o cenário de desigualdades sociais. Muitos dos alunos sentem-se culpados pelo seu insucesso escolar, quando na verdade vários fatores são determinantes para que o aluno deixe a escola, ou melhor, para que o aluno seja convidado a se retirar da escola. Tomando como base essas considerações, a EJA busca contextualizar os conteúdos trabalhados em sala de aula, na perspectiva de uma educação que tenha conexão com a realidade do educando, atribuindo suas dificuldades e limitações. É, também, uma educação para a cidadania, e estes dois aspectos: direito e cidadania, são direitos imprescindíveis à condição humana. Suas consequências, sejam elas positivas ou negativas, são entendidas como o reflexo social de um povo e de um país, ou seja, quanto maior o grau de instrução e de conhecimento de uma população, maior é a visão crítica em relação ao mundo, e conseqüentemente melhor será (ou pelo menos se luta pra isso) o acesso à saúde pública, à habitação, ao saneamento básico, à alimentação e à educação. Como também,

fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. Seu objetivo primeiro é, pois, a construção de novas formas de participação e de exercícios pleno e consciente dos direitos da cidadania. A formação para o trabalho, entendida como uma das dimensões da educação continuada de jovens e adultos, deve articular-se à educação geral e atender aos fins da educação nacional. (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2007, p. 27).

Sabemos que são inúmeros os fatores que combatem a exclusão social, apenas elencamos aqui alguns deles, enfocando mais na modalidade de ensino

EJA. A sua proposta de educação vai além de um auxílio social, ela objetiva ações que alcance novas dimensões, as quais propiciem à formação integral do ser.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Após algumas leituras e estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, considerando que são mais de quatro séculos de vivências e atuações nesse campo, o da educação, e que grande parte desses registros e informações foram se perdendo com o tempo, devido a uma má conservação ou falta de armazenamento adequado por parte das nossas gerações anteriores, poderíamos dizer que não foi um trabalho fácil feito pelos historiadores. Porém, os indícios encontrados são suficientes para entendermos como chegamos até a situação atual, podendo problematizar o ensino de jovens e adultos em nosso país, ou melhor, compreender o recorrente analfabetismo na sociedade brasileira.

Nessas buscas, foram identificadas algumas experiências educativas de práticas formais e não formais, umas com a finalidade de doutrinar, disciplinar, e outras de domesticar, pacificar para o trabalho escravo e, outras ainda para conquistar direitos civis. Essas práticas educativas são criadas pela ação humana, carregadas de interesses por parte dos seus agentes educadores e a responsabilidade de atuação não depende do tipo de prática, o que vai torná-la responsável, no sentido de cumprimento do seu papel, exercitando para a cidadania, é a qualidade da ética da prática educativa, ou seja, "ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer, implica, de um lado, o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de direitos" (FREIRE,1992,p.89).

Quando os Jesuítas chegaram a nossas terras consolidaram o ensino público na colônia, o ato de ensinar os índios adultos a ler e escrever despertou tamanho interesse por parte dos sacerdotes, pois a principal finalidade "dessa educação" era convertê-los ao catolicismo. E para obterem sucesso nessa obra, os Jesuítas observavam que precisavam dominar a língua indígena, o tupi. Dessa forma, criaram um material específico para sistematizar o ensino e facilitar a comunicação entre os professores e seus alunos. Logo, chegaram os escravos e alguns deles, também, foram instruídos e catequizados pelos religiosos. Um número

reduzido de mulheres fez parte dessas experiências educacionais. A educação jesuítica restringia-se apenas a alfabetizar, pois o governo de Portugal não permitia a criação de universidades nas colônias, visto que esse tipo de educação superior era limitado aos pequenos grupos da nobreza.

No século XIX, foi definido que o processo de escolarização deveria incluir as conhecidas "camadas inferiores" da sociedade, propondo uma política instrutiva específica para jovens e adultos. Esse ensino voltado para jovens e adultos, assemelhava-se a uma ação filantrópica, pois eram feitos apelos para erradicar o analfabetismo e os professores nada recebiam pelo serviço prestado, ou seja, "qualquer pessoa de 'boa vontade', com 'paciência' e 'espírito missionário' pode se tornar um alfabetizador" (GALVÃO; SOARES, 2006, p.53). Em relação à organização curricular era diferenciado para ambos os sexos, tendo uma finalidade prática, seja para desempenhar afazeres do lar ou para ordeirar o indivíduo à civilização.

Já o período republicano foi marcado por altos índices de analfabetismo, quer dizer, a maioria da população brasileira não tinha oportunidade educacional, seja pela inexistência de um número suficiente de vagas destinadas à clientela adulta, ou pelo modo ineficiente que se configurava o ensino, pois nesse período continuava o sistema dualista: quem tinha ótimas condições financeiras estudava numa universidade e quem não tinha, buscava outros meios mais imediatos, no caso, um ensino profissionalizante, para concorrer no mercado de trabalho. Como podemos perceber a educação de adultos não foi concretizada com eficácia nessa época.

Surgiram, nas primeiras décadas do século XX, muitas propostas de reformas para a educação, no sentido de extinguir o analfabetismo entre os adultos, tais como: reorganização dos cursos noturnos, modificações nos conteúdos, criação de ensinos supletivos e cursos profissionalizantes. Acabar com o analfabetismo no Brasil tornou-se objetivo de muitos, mas ao mesmo tempo em que existia essa necessidade de alfabetizar a população, havia em contrapartida, uma preocupação por parte da elite de perderem o controle sobre os referidos. Dessa forma, o ensino "se reduz ao ato mecânico de "depositar" palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos" (FREIRE, 1976, p.13).

Com o processo de industrialização, muitas mudanças no âmbito da escolarização foram implementadas, visto que era necessária uma mão de obra

para operar as máquinas. Dessa maneira, muitos cursos práticos e exames supletivos foram executados nesse período, capacitando um grande número de pessoas, num curto espaço de tempo. Nesse sentido, a educação estava voltada principalmente para a qualificação da mão de obra destinada ao trabalho e aos serviços e para a educação profissional em nível técnico, deixando de lado uma formação conscientizadora e emancipadora.

A partir da década de 40, surgiram as primeiras campanhas de alfabetização de massa em âmbito nacional, são elas: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). A CEAA queria extinguir o analfabetismo em pouco tempo de atuação, mas não se preocupou em capacitar os alfabetizadores e, assim, falhou e veio a CNER. Esta, por sua vez, queria atingir as áreas rurais, pois apresentavam um grande atraso nas políticas de alfabetização das pessoas do campo. E pela apresentação de resultados negativos, em relação à eficácia da referida campanha, surgiu a CNEA, que foi criada com a intenção de melhorar as condições de vida das populações desfavorecidas, visando o desenvolvimento econômico e social do país. Mas, a atuação dessa campanha não conseguiu mudar o sistema de ensino, pois continuavam mantendo a superficialidade do ensino, tornando cada vez mais, as escolas da zona rural e da zona urbana fora do contexto dos alunos adultos.

Com isso, as três campanhas nacionais - CEAA, CNER e CNEA - destinadas à alfabetização de adultos deixaram de ser plenamente executadas, pois ressaltavam um tipo de educação com objetivos meramente quantitativos, não se adequando ao novo jeito de fazer educação para adultos, que apareceu com o surgimento dos movimentos de educação de classes populares, e estes davam ênfase à participação popular.

Os movimentos aos quais nos referimos apareceram entre as décadas de 50 e 60, são ações voltadas *para* e *com* a classe popular, que tiveram como inspiração e modelo as ideias de Paulo Freire. Muitas pessoas se mobilizaram em favor dessa educação: estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja Católica, que se reuniram e cada um deu sua contribuição, seja através da música, do teatro, do rádio, entre outros meios, para transformar o quadro que se apresentava no momento. "Mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política por ser analfabeta" (GALVÃO; SOARES, 2006, p.44).

Citaremos algumas dessas mobilizações, a saber: o MEB (Movimento de Educação de Base); o MCP (Movimento de Cultura Popular); os CPCs (Centros Populares de Culturas); a CEPLAR (Campanha de Educação Popular); a Campanha "De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler", entre outras. Então, a partir dos movimentos educacionais populares foram surgindo reflexões e ações que encaminhassem a uma possível mudança na concepção de alfabetização, a qual anteriormente tinha como objetivo resumir a leitura ao ato de soletração e a escrita, ao ato mecânico de copiar. Com essas mobilizações, começaram a considerar um conjunto de habilidades a serem dominadas no ato de alfabetizar, com um enfoque na leitura de mundo dos alunos e alunas da EJA, ou seja, um aprendizado com sentido para os educandos e educandas, como nos mostra GADOTTI (2005, p.32) "aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente. A pedagogia serve de guia para realizar esse sonho".

Algum tempo depois, aconteceu o golpe militar de 64, no qual muitas campanhas e movimentos foram interrompidos e desmobilizados, destruíram os instrumentos utilizados para trabalhar, como também os registros e anotações, prenderam os idealizadores e militantes dos movimentos educacionais, por serem considerados subversivos, ou seja, estavam transtornando a ordem. Muitos deles foram torturados, exilados, ou mortos, pois representavam, segundo o regime, uma certa ameaça se continuassem com seus trabalhos educativos.

Com a tomada do poder por parte dos militares, em seus primeiros anos de atuação, não demonstravam um interesse em dar continuidade aos trabalhos iniciados por Freire e outros educadores, para alfabetizar adultos, pois para os adultos analfabetos bastava apenas saber "desenhar o nome", criando uma massa de analfabetos funcionais. Ao perceberem que era necessário acabar com o analfabetismo, ou pelo menos baixar os seus altos índices, lançaram a Cruzada ABC (Cruzada de Ação Básica Cristã) que era um movimento de caráter conservador e, por isso, não atendia as necessidades da população atual.

Atrelada a essa iniciativa, criaram o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Era uma campanha imediatista como as anteriores, pois continuava focada na intenção de diminuir os índices de analfabetismo em tempo ágil. Esse movimento estava prevendo erradicar o analfabetismo num prazo de 10 anos e atuou por 15 anos em nosso país, fazendo apenas modificações superficiais no âmbito da educação de jovens e adultos. Mesmo utilizando o método de alfabetizar

de Paulo Freire, existia uma grande diferença, pois não possuía o mesmo conteúdo político e ideológico de emancipação do sujeito, de apresentação da realidade para os indivíduos e de motivação para a instrução. O método que o MOBRAL usou estava vinculado à ideologia dominante e manipuladora, no sentido de fazer aceitar o Estado autoritário vigente e a aprendizagem do código alfabético, a decodificação. Atuando dessa forma, o MOBRAL foi mais uma campanha de alfabetização de adultos que não deu certo, sendo extinta.

Com a mudança do contexto político em nossa nação, ou seja, a saída do regime ditador, começando uma redemocratização no país, a tendência é surgir novas ações não só no âmbito da educação, mas em outros setores da sociedade. Criaram, portanto, a Fundação Educar, uma instituição que era parte do Ministério da Educação, a qual exercia o papel de supervisor, inspecionando as atividades e trabalhos desenvolvidos nas secretarias e outras instâncias educacionais, com o intuito de averiguar se as verbas entregues pelo Governo eram bem empregadas. Em pouco tempo, essa medida foi extinta, e nenhuma mobilização significativa foi criada pelo governo, para solucionar o problema do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil.

Quando a nova Constituição Federal de 1988 estabeleceu a todos aqueles excluídos do processo de ensino-aprendizagem, o direito ao acesso à educação formal, muitos espaços fora da escola desenvolveram experiências de formação e instrução, tais como: ONGs (Organizações Não-Governamentais), movimentos sociais e universidades. Um dos movimentos que se destacou nesse período foi o MOVA (Movimento de Alfabetização), pois envolvia o poder público e a sociedade civil no processo de formação do indivíduo não alfabetizado, tendo como fundamentação de suas práticas a educação popular.

Após alguns anos de omissão da criação de uma política pública voltada para alfabetizar nossos jovens e adultos, o Governo Federal lança o PAS (Programa de Alfabetização Solidária). A atuação desse programa contava não só com o apoio do Governo Federal, mas com o auxílio das empresas, administrações municipais e universidades. Temos que observar que o surgimento do PAS se deu no contexto político neoliberal, ou seja, com interesses do setor privado.

O programa recebeu inúmeras críticas por parte dos educadores e pesquisadores da área, pois apresentava um formato que reforçava a imagem pejorativa que se atribuía ao indivíduo não alfabetizado, de sujeito incapaz, sem

cultura, vazio, passivo, etc. Além do aligeiramento na capacitação dos alfabetizadores e no processo de formação dos alfabetizandos, acontecendo num período de 05 meses, como também, a desestruturação das salas de aulas.

A educação brasileira apresentava baixos resultados no que se refere à competência de leitura e matemática, mesmo com incentivos do Governo Federal, que implementou a Bolsa Família, prolongando a permanência das crianças nas escolas, porém, o ensino continuava de baixa qualidade. Inserido neste cenário, o MEC criou, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, com a intenção de suscitar o acesso à educação como um direito de todos e em qualquer período da vida.

Nos anos seguintes foram instituídas outras ações de política nacional para esses jovens e adultos, que em algum momento da sua vida foram privados da escolarização. A intenção dessas ações era promover para esse público uma inclusão social voltada à construção da cidadania. Podemos citar, como exemplos, dessas intervenções: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o PROJOVEM URBANO, o PROJOVEM CAMPO e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Esses programas foram criados para dar oportunidade aos excluídos(das) do processo de escolarização que, por algum motivo, não frequentaram a escola no tempo regular ou não concluíram a educação básica.

Em 2010, aconteceu no Brasil uma importante mobilização nacional e internacional para discutir sobre a educação de adultos, a VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), que ocorreu em Belém do Pará. Tinha como tema "Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos", com a finalidade de fortalecer a discussão no país sobre essa modalidade, objetivando uma melhoria na qualidade desta educação.

Mesmo que verifiquemos um grande número de diferentes programas, discussões e debates para alfabetizar e instruir os adultos não-alfabetizados, devemos nos perguntar se essas iniciativas atendem a toda diversidade de educandos existentes: os índios, as pessoas migrantes, as originadas do campo, etc. Eis o grande desafio! Por tudo isso é que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) vem propor a efetivação de uma aprendizagem contínua, que aconteça ao longo da vida.

Portanto, podemos observar através desse breve ensaio da educação brasileira que a mesma passou por diferentes métodos e práticas pedagógicas,

campanhas e movimentos educacionais ao longo do tempo. Essas variadas formas de instruir e ensinar foram norteadas por interesses políticos, econômicos e ideológicos. E que devido a esses interesses da elite dominante, a nossa educação ficou por muito tempo carente de propostas pedagógicas e políticas comprometidas com a escolarização de todos os cidadãos e mais precisamente no que se refere aos jovens e adultos analfabetos. Tamanha é a dívida histórica que temos com os não alfabetizados, seja por omissão, pelo despreparo, pela descontextualização da realidade social dos mesmos ou até pelo preconceito, caminhando por muitas vezes, em direção a desistência, a evasão e a exclusão.

2.2 EJA E O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Refletir sobre as políticas educacionais no Brasil, mais precisamente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, significa estabelecer um “olhar” amplo que nos direcione ao passado e ao presente dessa modalidade de ensino. Portanto, ao analisarmos as ações, já desenvolvidas em torno da educação popular, como: projetos, programas e campanhas de massa em nosso país, perceberemos a intencionalidade que cada um deles representa no contexto histórico, político, econômico e social do Brasil. Um exemplo disso é o surgimento da Educação de Jovens e Adultos em nosso país. Ela nasce com a intencionalidade de qualificar a classe trabalhadora apenas para o processo de industrialização, sem que houvesse nenhuma preocupação com uma educação integral, crítica e conscientizadora. Havia apenas uma transmissão assistemática de alguns conhecimentos, que tinha uma intenção voltada aos interesses políticos e econômicos das elites. Souza, (2005, p.179), sistematiza bem esse nosso pensamento, quando diz que “o Brasil, ao longo de sua história, reproduz os padrões de desigualdade social que mantém parte de sua população em situação de pobreza”.

Contudo, fica claro percebemos que,

o processo educativo e a escola não são neutros. Foram pensados e construídos juntamente a esta organização econômica e sociocultural. Portanto, temos aqui mais um ponto importante: não existe educação neutra, toda educação ou reforça este sistema ou

questiona-o, procurando ações transformadoras. (CORRÊIA, 2009, p. 13).

Para tanto, neste momento iniciaremos uma discussão sobre alguns fatores que acreditamos ser determinantes para compreendermos os processos de exclusão e a função da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Começaremos nossas observações analisando o contexto social em que advém esses indivíduos da EJA, onde, existem “barreiras sociais” que se iniciam antes mesmo da escolarização desses alunos.

Geralmente o não acesso à escola na idade adequada está intrinsecamente relacionado com o contexto social, e isso se tornou algo corriqueiro em nosso país, pois, na maioria das vezes, parte dos educandos necessita trabalhar precocemente. O trabalho se torna mais importante e necessário do que a escola, pois é o seu único meio de sobrevivência. Em consonância com outros fatores interruptivos, capazes de cessar o interesse do educando para a continuidade dos estudos, em decorrência da carga exaustiva de trabalho, atrelado aos cuidados com a família.

Pode-se considerar que o perfil dos alunos da EJA é fruto da desigualdade social, da situação de pobreza que vive a maioria da população e também pelo despreparo da escola para trabalhar com esse público que carrega consigo uma bagagem enorme de experiências de vida. (MOURA, 2008, p. 145).

Portanto, é nesta realidade que os sujeitos da EJA, encontram-se inseridos, levando-nos a supor que, provavelmente, são pessoas que não herdaram de seus pais o sucesso escolar e profissional, e que por conta das necessidades de sobrevivência não puderam priorizar os estudos no tempo regular, pois necessitaram trabalhar para manter seu sustento. Ou donas de casa que deram prioridade aos cuidados do lar, a criação de seus filhos, e até os estudos destes, porém sua formação escolar foi conduzida como segundo plano.

No decorrer dos nossos estudos, percebemos o quanto a EJA necessita de uma maior assistência e valorização, pois essa área não é apenas uma modalidade de ensino, faz parte do segmento de que a educação não tem um tempo certo e nem idade para concluir o saber, uma vez que estamos em um contínuo processo de evolução e aprendizagem.

Nesta conjectura, o Brasil é conhecido internacionalmente como uma nação

de contrastes, não apenas pelas questões naturais, ou pela miscigenação do nosso povo; mas, pelo contraste social que assola o nosso país.

Por fazermos parte de uma sociedade desigual, entendemos que essas questões ultrapassam os muros da escola, e adentram no contexto escolar dos sujeitos que a constituem.

É bem verdade que não podemos impedir que essas questões permeiem o ambiente escolar, mas nós, como mediadores do conhecimento, devemos buscar meios que estimulem o discente a pensar sua realidade, pois “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”. (FREIRE apud CORRÊIA, 2009, p. 108).

Os sujeitos da EJA são pessoas que advém da classe proletarizada e excluída da nossa sociedade, pois se estão nesta modalidade, provavelmente os motivos que conduziram a isso foi que em algum momento da vida desses indivíduos e, por consequência de um sistema, algo lhes foi negado. Todavia, cabe à escola promover discussões que levem o aprendiz da EJA a desenvolver uma “visão” ampla das questões que permeiam sua realidade e uma dessas indagações é a problemática: desigualdade social que, atreladas a ela, estão inúmeras histórias de fracasso escolar. Mais que compreender os processos de exclusão da nossa sociedade torna-se necessário que estes alunos ultrapassem a posição de meros receptores de conhecimentos, e se tornem sujeitos críticos, reflexivos e atores do seu próprio tempo, que possam eles mesmos gerarem dinâmicas de transformações sociais e de combate às diversas formas de exclusão.

No que tange ao âmbito político, podemos evidenciar outros desafios não menos representativos que o precedente, tendo em vista que explicitaremos a importância da aplicabilidade da legislação, sendo este outro desafio a ser enfrentando não só por esta modalidade, mas por todo cenário educacional. Nesta aplicabilidade, pontuamos duas leis que regem o campo nacional educacional, contemplando a educação e a EJA dentre as prioridades abarcadas, a primeira é a Constituição Federal de 1988, na qual podemos observar à educação sendo retratada como direito ofertado a todos os sujeitos sociais, independentemente de classe social, gênero, etnia, raça ou região. A segunda é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, indicando em seu art. 37 e 38, especificidades que devem ser executadas pelo poder público, dentre elas: o estímulo do acesso e

permanência destes partícipes, por meio de projetos integradores. Frente a estas duas legislações, indagamo-nos: O que o poder público e os personagens escolares estão fazendo para sanar o quadro alarmante de evasão? Uma vez que entendemos que essa evasão trás consigo grandes problemas estruturais tanto na vida dos indivíduos, quanto na organização do país.

Sendo assim, para que haja a resolução de tal questionamento, ainda, necessitamos de mais engajamento político e social, no que concerne à efetivação do reconhecimento dessa modalidade como um dos elementos essenciais, no sentido de não só de alfabetizar ou transferir conhecimentos, mas, sobretudo, converter seu caráter de suplência numa proposta que torne os seus sujeitos (jovens e adultos), personagens capazes de reconhecer as fragilidades sociais que os cercam, em especial a exploração no trabalho e nas situações corriqueiras da vida. Outrossim, podemos adiantar e elencar algumas propostas do governo perante a Educação de Jovens e Adultos, tomando como impulso para o debate, a Constituição Federal de 1988 e sua importância. Na concepção de Ireland, Machado e Ireland (2005, p.1, grifos nossos):

Um marco legal importante das últimas décadas é a Constituição Federal de 1988 que trata de dois aspectos importantes para a EJA: primeiramente a questão da **garantia da gratuidade** desta modalidade de ensino no nível fundamental (Art. 208, inciso I) e, em seguida, o destaque para **o enfrentamento do analfabetismo** como um dos objetivos de um Plano Nacional de Educação (Art. 214, inciso I).

Com isto, diante deste avanço norteado pela gratuidade e pelo enfrentamento ao analfabetismo, colocamos em pauta as sequências de iniciativas decorrentes da Constituição, no sentido de delimitar e/ou esmiuçar o que fora apregoado pela Lei Maior. Dentre elas, elencamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, especificadamente, o Art 4º, o qual versa sobre:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de:
I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]
VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

As preocupações frente à EJA continuaram a influenciar as discussões, ao passo que, por conseguinte, publicou-se no ano de 2000, a Resolução CNE/CEB Nº 1/2000, a qual regulamentou as Diretrizes para Educação de Jovens e Adultos, tendo como inspiração o Parecer

CNE/CEB Nº 11/2000, de tal modo que a EJA é reverenciada como “uma modalidade da Educação Básica, nas suas etapas fundamental e média. O termo modalidade é diminutivo latino de modus (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser [...]” (PARECER CNE/CEB nº 11/2000).

Não obstante, a etimologia do termo Modalidade expressa o real significado da EJA, por tratar-se de uma medida, podendo ser representada pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro do todo, representado pelo campo da educação. Ressaltamos que para que este todo funcione integralmente, necessita-se que suas medidas sejam bem coerentes e consistentes, sendo efetivadas por meio das políticas públicas impulsionadas pelas legislações, que são geradas no contexto das dificuldades, das desigualdades e das disputas empreendidas pelos diversos grupos sociais.

Não podemos negar que os esforços estão sendo construídos gradativamente em nosso país, seja pelos governantes, seja pelos intelectuais engajados no estudo em prol da EJA ou, como foi mencionado, pelos Movimentos Sociais, estes com maior efervescência na década de 1980. Segundo Ventura (2006, p.20):

Observa-se, no final da década de 1990, que o atendimento pela EJA ocorre basicamente de forma descontínua e diversificada: entre as diversas experiências, existem ações desenvolvidas tanto no âmbito dos poderes públicos quanto da sociedade civil. As ações governamentais vinculam-se ao Ministério da Educação (principalmente, ações ligadas às secretarias municipais e estaduais de educação, dependendo das prioridades de cada administração); ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA); e ao Ministério do Trabalho (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR). Aquelas desenvolvidas no âmbito da sociedade civil organizada apresentam uma diversidade maior [...].

Nas ações desenvolvidas pela sociedade civil, a mesma autora destaca o papel do Movimento Sindical, dos Movimentos dos Sem-Terra – MST, dos projetos das Universidades privadas, das ONGs, das instituições religiosas, dentre outras.

Demonstrando assim, uma diversidade de iniciativas encabeçadas pela sociedade, em prol de um grupo específico e ao mesmo tempo diverso, que compõe a EJA. Para tanto, entendemos a relevância destas questões estarem sendo discutidas e/ou problematizadas, em meio aos que “fazem” a EJA, em razão de configurar um campo de debate propenso a formar opiniões coletivas, cuja culminância dar-se-á com as intervenções dos educadores no ambiente escolar e não escolar.

Agora, iremos nos situar no âmbito educacional, sendo este que, de fato, irá efetivar os ideais apregoados pelo âmbito político, cujos desafios atuais centram-se na urgência em considerar as diferenças (alteridades) que, por vezes, recaem sobre o setor da desigualdade, mas, entretanto, deve converter-se na valorização da diversidade dos sujeitos. Tal diversidade pode ser problematizada, por intermédio das diferenças geracionais na EJA. Em outras palavras, a capacidade que o educador deve adquirir para associar conhecimentos significativos que, de sobremaneira, englobem os interesses dos jovens, dos adultos e dos idosos. E, com isto, abordamos a importância da formação inicial e continuada, como instrumento de valorização do trabalho pedagógico, tendo em sua primazia o olhar sensível à realidade do educando, atentando para suas fragilidades e as respectivas superações, propiciando, também, ao educador subsídios que possam engendrar a efetivação do seu trabalho, pois esta competência não depende exclusivamente do professor, mas, sobretudo, da intervenção do poder público e da gestão escolar.

É relevante mais uma vez frisarmos a importância da qualidade da formação do educador da EJA, quem é esse sujeito?, em que lugar e como acontece a sua formação? É imprescindível que o docente dessa modalidade esteja qualificado de maneira específica, para atuar nessa modalidade, uma vez que, a mesma possui características diferentes da educação infantil, pois na maioria dos casos,

Os professores que se propõem a ou impõem alfabetizar, não tem qualificação especial para tal. São em sua maioria, professores improvisados. Vão contra o princípio de Emília Ferreiro e Vygotsky de que alfabetizar é um ato de conhecimento e, portanto uma tarefa complexa, demorada e exige competência e compromisso de profissionais preparados para tal (MOURA, 2008, p. 67).

Sabemos que houve um significativo avanço das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, mas ainda hoje é possível encontrar vestígios de uma organização intencional e elitista, na estrutura dessa modalidade. Percebemos

que desde a consolidação da EJA em nosso país, houve interesses de dominação de um grupo em detrimento de outro.

Logo no início do nosso trabalho, questionamos a formação desse profissional na Universidade Federal da Paraíba, no qual encontramos alguns fatores que nos fizeram pensar acerca da formação do educador da EJA. Além disso, percebemos que o Brasil necessita de políticas públicas que regulem a carreira deste profissional, pois “sem a devida qualificação, os professores passam a desenvolver a prática pedagógica ignorando as especificidades e peculiaridades dos sujeitos em processo de escolarização” (MOURA, 2008, p. 67). Esse *déficit* nas políticas públicas voltadas à EJA refletem, também, nas oportunidades de concursos públicos para essa modalidade. Percebemos que no Brasil, isso não é priorizado, com isso, gera, na maioria das vezes, profissionais improvisados e com má preparação para atuar em uma sala de aula da EJA.

Após elencar e contextualizar alguns fatores que entendemos ser determinantes para o combate à exclusão em nosso país, entendemos que a EJA é um importante instrumento de mudança a ser apropriado por aqueles considerados suprimidos da escola, a medida em que os sujeitos que compõem a educação brasileira vão compreendendo cada vez mais, que os fatores: sociais, políticos e educacionais, são de suma relevância para a trajetória educacional de um indivíduo. E que a Educação de Jovens e Adultos pode ser considerada um mecanismo de combate à exclusão social em nosso país, pois a educação é peça fundamental para que um dia consigamos um Brasil realmente para todos e de todos.

3 AS POSSIBILIDADES QUE A ESCOLA PODE PROPORCIONAR PARA O ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Antes de esboçarmos a respeito das possibilidades que a escola pode oferecer para o combate à exclusão social, queremos esclarecer que não é a nossa intenção prescrever nenhuma fórmula ou receita mágica que consiga extinguir totalmente, e instantaneamente, a exclusão na sociedade brasileira. O que pretendemos, na verdade, é contribuir para uma possível reflexão sobre o tema supracitado, a fim de participarmos da construção de novos saberes e visões sobre a Educação de Jovens e Adultos. Buscaremos discutir a função social da escola diante da problemática exclusão. Também, pontuaremos algumas posturas e atuações tanto do governo, quanto dos educadores dessa modalidade, que de certa forma encaminham para a redução e o enfraquecimento das desigualdades sociais. E ainda, demonstraremos as políticas públicas que auxiliam à consumação dessa modalidade de ensino no Brasil.

Para este capítulo, nos detemos a discorrer baseadas nas obras de Paulo Freire, mais precisamente o livro, “Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa”. Esta produção retrata as atitudes que os educadores devem assumir diante dos seus alunos, bem como define as especificidades do ato de ensinar.

Antes de iniciarmos a discussão direcionada a escola, buscaremos elencar aqui, algumas ações que auxiliam na estruturação dessa instituição de ensino, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos.

No que se refere à Constituição Federal do Brasil (1988, p.128), esta garante no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção I, no artigo 208, as seguintes atribuições: “I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”.

Nesta direção, a LDB parte dos mesmos princípios, no artigo 4º, com o acréscimo do parágrafo VII, o qual versa sobre a "oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola"; E ainda, no capítulo II da Educação Básica, seção V da Educação de Jovens e Adultos, propõe em seu "artigo 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou

continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". Já no "§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas [...]", considerando as especificidades dos educandos, por meio de cursos e exames, respectivamente no "§2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si"; e no subsequente, "§3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento".

Estas são garantias legais para o público da EJA, que podem ser vistas como pontos positivos para assegurar que algo precisa ser feito por essas pessoas, não no sentido de caridade, nem tão somente para compensar a dívida histórica com os não alfabetizados, mas para assegurar direitos de cidadania. Mesmo com entraves, reconhecemos os avanços que surgiram com a implementação da LDB (9394/96), pois a partir dela a EJA começa a ser compreendida como uma modalidade da educação básica.

O MEC (Ministério da Educação) criou a SECADI (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) para articular com os sistemas de ensino, executando políticas educacionais nas diversas áreas da educação, inclusive para EJA. Citaremos alguns de seus programas e ações voltadas a esse público como: PBA (Programa Brasil Alfabetizado); PNLDEJA (Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos); Concurso Literatura para todos; Educação em prisões e Medalha Paulo Freire. No sentido de apoiar os professores, a SECADI lançou uma coleção formada por cinco cadernos temáticos que serve de base para conhecer e entender melhor, ou ainda, ampliar o conhecimento sobre essa área, que geralmente é tomada pelo improviso e o despreparo.

Em 2011, o Governo Federal cria o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) com a intenção de oferecer cursos de educação profissional e tecnológica.

Destacamos, também, as parcerias realizadas com as escolas da rede municipal, estadual e federal; com o SESC (Serviço Social do Comércio) e com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), os quais oferecem diversos cursos profissionalizantes, inclusive na Escola Municipal de Ensino Fundamental

Anita Trigueiro do Valle, local em que estagiamos.

Ainda falando de políticas públicas voltadas à EJA, citaremos um meio de formação dos profissionais que nela atuam como: as universidades, os cursos de graduação em pedagogia, que tem na sua estrutura curricular a disciplina obrigatória da EJA, no caso da UFPB, oferecendo entre outras opções, a área de aprofundamento em educação de jovens e adultos. Também nessa instituição superior, mais precisamente no CE (Centro de Educação), existe o Projeto Escola Zé Peão, que é um programa de extensão que tem mais de vinte anos de atuação, seu objetivo é alfabetizar operários no próprio local de trabalho. Outro evento muito importante que acontece no Centro de Educação é o momento da apresentação dos trabalhos na área da EJA, o qual mobiliza os alunos de pedagogia a convidarem estudantes de outros cursos a conhecerem o que está sendo produzido sobre essa temática. Já está no quarto ano de execução e com um crescente número de adeptos a cada ano.

Nas CONFINTEAs acontecem reuniões internacionais para discutir sobre as questões que surgem no âmbito da educação de adultos. Por meio de um tema gerador, os participantes trocam experiências, buscando melhorias na qualidade desta educação e reafirmam seus compromissos com a modalidade de ensino em questão.

Até o presente momento, apresentamos ações que estão sendo realizadas a favor da EJA no território nacional e as estratégias que oferecem suportes às escolas, aos profissionais da educação e aos aprendizes. Porém, ainda falta apresentarmos o relevante papel da escola nesse enfrentamento da exclusão. E é o que continuaremos a fazer nos parágrafos seguintes.

Diante das manifestações apresentadas, entendemos que o processo de aprendizagem ocorre nas diferentes fases da vida, por meio das relações e interações, seja na relação com os familiares, amigos e com a natureza. Entretanto, estamos sempre sujeitos ao aprendizado, e a escola é mais um espaço propício para essa construção do conhecimento.

A escola é o lugar especialmente estruturado para potencializar a aprendizagem dos alunos. A escola, poderíamos afirmar, é o cenário no qual alunos e professores, juntos, vão construindo uma história que modifica, amplia, transforma e interfere em diferentes âmbitos: o da pessoa, o da comunidade na qual está inserida e o da sociedade, numa perspectiva mais ampla (BRASIL, CADERNO 2: A

Conhecer e compreender o contexto em que os alunos da EJA se encontram é a primeira ação pedagógica que a escola deve realizar. Há ações que não podem ser delegadas a um método “pronto” de ensino, ou a um livro didático, por exemplo, mas que as particularidades de cada aprendiz sejam o centro da ação pedagógica. Entendemos, dessa maneira, uma vez que ao longo do nosso trabalho nos remetemos ao combate da exclusão social, que a escola venha a conhecer quem são esses indivíduos que, por muitas vezes, ficaram e ficam a mercê dos direitos e deveres sociais. Não há como pensar em uma mudança, sem que antes venhamos a entender o passado e o presente desses sujeitos. E isso é simplesmente o ato de planejar, e não estamos nos reportando apenas ao planejamento de pequenas ações do cotidiano da escola. Mas, que esses planejamentos sejam fomentados, visando resultados (e desejamos que sejam positivos) em longo prazo. Pois “o trabalho pedagógico deve ser sempre um trabalho sistemático para que possa ter efeitos (e efeitos duráveis) sobre o aluno”. (CADERNO 3: PREPARANDO A ESCOLA E A SALA DE AULA, 2004, p. 15).

É interessante sabermos que a prática educativa é uma ação social, exclusiva dos seres humanos, e que ocorre por meio da curiosidade, da comunicação e do pensamento. Ou seja, é uma ação, na qual o indivíduo que a pratica faz por ter uma finalidade, uma intenção e vai buscar maneiras para fazer da melhor forma possível. Toda ação educativa requer educador e educando, não necessariamente nessa ordem, é o que Freire diz “não há docência sem discência” (2005, p.11). Além disso, precisa de conteúdos a serem trabalhados e discutidos, com objetivos a serem alcançados, através de instrumentos que consigam estabelecer nas trocas de saberes a relação de aprendizagem. Também, na prática educativa deve existir uma relação entre teoria e prática, para que o ato de ensinar não se torne uma mera transmissão de conhecimentos, e sim, uma construção.

Quando Freire (2005, p.14) assevera que, “aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes”, ele está se referindo ao modo como o educador deve se por diante da sua prática, sendo um pesquisador contínuo, sempre buscando informações novas para fomentar os

alunos, ter postura ética e não desistir diante das dificuldades que possam aparecer.

A função social da escola é ensinar, mas esse ato de ensinar deve ser no sentido de auxiliar os educandos a desenvolverem, tanto na sua forma de refletir sobre o mundo, quanto fazê-los questionar sobre a realidade a qual estão inseridos. O professor pode desenvolver esse papel importante na sala de aula, despertando nos alunos a curiosidade de “enxergar” as coisas por diferentes ângulos, dialogando sempre, como também, através dos bons exemplos, é o que Freire chama de "dar corpo ao discurso". Então, o professor deve ter muito cuidado ao que diz e ao que faz em sala de aula e, por sua vez, constantemente usar a autoavaliação e o bom senso, para saber o que pode e deve continuar, e o que pode e deve ser mudado na sua prática docente.

Ao longo das nossas experiências, constatamos que a escola é um importante instrumento de combate às desigualdades sociais, pois é por meio de conteúdos sistematizados e conhecimentos amplos sobre a realidade que o sujeito encontra meios de mudança na sua vida pessoal. Essa mudança, a partir dele, é que refletirá na sociedade. Entendemos que quanto mais um povo é letrado, no sentido de letramento, melhor será o desenvolvimento social do país.

Com efeito, gostaríamos de frisar mais uma vez que não estamos criando uma fórmula mágica contra a exclusão, nem tão pouco estamos escrevendo um "romance" sobre a educação; todavia, queremos mostrar que há, sim, possibilidades de superação e transformação da nossa realidade, através da educação e a escola como “peça chave” nesse processo.

3.1 PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE EX-ALUNOS DA EJA

Pretendemos, aqui, demonstrar as nossas experiências no Estágio Supervisionado V, nas escolas públicas municipais: Anita Trigueiro do Valle e a Joaquim de Brito, e também de alguns encontros informais com ex-alunos da EJA. Expomos, brevemente, as características de cada escola, focalizando no que diz respeito à educação de jovens e adultos.

3.1.1 Caracterização das escolas campo de estágio

Começaremos pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Anita Trigueiro do Valle, que está localizada em João Pessoa, no bairro do Altiplano. Esse ano a escola completará 30 anos de funcionamento, atendendo os três turnos com as seguintes etapas e modalidade: educação infantil, ensino fundamental e a modalidade de jovens e adultos (nos ciclos I,II,III,IV). Nesta instituição, observamos atuações de alguns programas educacionais, tais como: Se Liga, Acelera e Mais Educação. Os alunos são, em sua maioria, crianças e adolescentes carentes, residentes no próprio bairro e comunidades vizinhas, sendo elas: Vila São Domingos, Barreira do Cabo Branco, Cidade Recreio,Vila Nova e Timbó.

A escola possuía 88 alunos matriculados na modalidade de jovens e adultos, sendo 14 (quatorze) do ciclo I, (28) vinte e oito do ciclo II, (31) trinta e um do ciclo III e (15) quinze do ciclo IV, bem como grande parte dos alunos eram mulheres adultas.

Nas sextas-feiras acontecem os cursos profissionalizantes de computação e de auxiliar de cozinha, oferecidos aos alunos da EJA, através das parcerias com o Serviço Social do Comércio - SESC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. O perfil desses alunos não é diferente ao que já costumamos descrever nessa modalidade. Constatamos que são trabalhadores, formais e informais, que atuam principalmente como domésticas, jardineiros, diaristas, limpadores de quintal, pintores, auxiliares de pedreiro, babás, zeladores, vendedores ambulantes, entre outros.

Outro fator que registamos é que, ao observarmos a chegada diária desses alunos na escola, constatamos que a maioria deles chegavam “a pé”, outros de bicicleta, alguns de ônibus, ou seja, reafirma o que abordamos ao longo do nosso trabalho, a questão das desigualdades sociais, da disparidade econômica, entre a classe trabalhadora e a dominante do nosso país. Percebemos que por não possuírem os bens materiais esperados por nossa sociedade capitalista, a título de exemplo como um veículo ou objetos e vestimentas mais sofisticados, não constituíam o grupo social dito mais favorecido. Geralmente, os educandos chegavam no horário adequado para o início das aulas, apenas a minoria chegava atrasada e ao chegarem, eles se direcionavam imediatamente para as salas de aula, com isso, percebemos o interesse deles pelos estudos.

O outro campo de observação foi na Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim de Brito, localizada no bairro Rio do Meio, (uma comunidade carente) na cidade de Bayeux. Nesta instituição funcionavam quatro turmas da EJA a

noite, sendo um ciclo, para cada sala. Percebemos que a maioria dos alunos estavam concentrados no ciclo da alfabetização, e nesta turma, também, estavam as pessoas mais idosas. De forma geral, a maior parte desse alunado, eram jovens entre 16 e 20 anos.

No decorrer das nossas visitas percebemos, nesta escola, significativas atitudes a respeito da educação de jovens. Aliás, o que nos impulsionou para a escolha desta escola foi o fato de mesmo antes de pensarmos em um campo de observação, ouvirmos relatos de recomendação para executarmos nossa pesquisa na referida instituição, uma vez que a mesma desempenha um trabalho na educação de jovens e adultos, que é reconhecido tanto na cidade, quanto por alguns profissionais da EJA na UFPB.

3.1.2 Observações da prática pedagógica no âmbito da EJA

Logo no primeiro dia de observação na Escola de Bayeux, nos deparamos com uma educadora X que é formada em Letras (inglês) e Artes, porém sua especialização é na Educação de Jovens e Adultos. A referida professora, além de ensinar na escola há dez anos, também, promove juntamente com a escola, mini oficinas e pequenos cursos de capacitação direcionados à prática pedagógica em salas de aulas da EJA. Fomos bem recebidas, e logo convidadas para participar de um mini planejamento entre a gestão e os professores, a respeito de um projeto que a escola estava construindo, cujo tema era: Alimentação Saudável.

Outro fato que nos chamou a atenção foi relatos tanto dos profissionais da escola como dos próprios alunos, acerca de um passeio que a escola promove todos os anos, na praia do Cabo Branco ou Tambaú, localizada no município de João Pessoa. Eles consideram como um momento de encontro bastante significativo, a interação fora da escola, porém “com a escola”.

Percebemos que a EJA está incluída em vários eventos construídos na escola, como: Alimentação Saudável, Datas comemorativas e Confraternizações. Participamos de um desses eventos, que aconteceu na própria sala do ciclo de alfabetização, no qual as professoras juntamente com os alunos elaboraram um jantar de final de ano. Cada educando trouxe um alimento ou bebida, e assim, percebemos a organização, o desempenho e o carinho que ambos expressavam nas suas relações: professor-aluno. Esse momento também foi uma despedida, pois

provavelmente o ano que se aproximava (2014), traria consigo novidades escolares, e conseqüentemente, a mudança de professora.

A oportunidade de estagiar nas duas escolas, nos permitiu identificar dois extremos, duas maneiras de trabalhar com esses jovens e adultos, e isso enriqueceu a nossa pesquisa. No que diz respeito à metodologia adotada pelas professoras, percebemos que houve uma diferença de atuação em sala de aula. A educadora da escola Anita Trigueiro do Valle, desenvolvia uma metodologia que estava parcialmente direcionada à proposta da EJA. As aulas eram mais mecânicas, com base em livros didáticos e cópias. Um fato que nos chamou atenção em uma das visitas foi que os alunos nos indagaram: “EJA, o que é isso? Uma universidade particular?” Logo, verificamos que esses alunos não percebiam o contexto educacional que se encontravam. Isso reafirma a ideia de que geralmente “não fomos educados para olhar pensando o mundo, a realidade, nós mesmos. Nosso olhar cristalizado nos estereótipos produziu em nós paralisia, fatalismo, cegueira”. (Caderno 3 da Eja, Observação e Registro, p. 06)

Pudemos observar, também, que a medida que voltávamos as salas, nos dias posteriores, geralmente tinha mais um ou dois alunos. Percebemos que as nossas simples discussões com os educandos despertou o interesse deles de participar desses momentos de diálogos, que possivelmente estava faltando na prática da professora, conhecer mais o perfil desses educandos, ouvi-los.

Já a educadora da escola em Bayeux apresentava uma metodologia mais dinâmica em sala de aula, voltada à representação e estímulo. Quando por exemplo, em uma aula de matemática, ela procurava relacionar os números e valores com as compras diárias realizadas pelas donas de casa, ou quando o conteúdo era sobre medidas, a professora buscava exemplos daqueles alunos que trabalhavam em construção civil ou das mulheres que gostavam de cozinhar. Sendo assim, percebemos que sua metodologia atendia à proposta da Educação de Jovens e Adultos.

A nossa pretensão não é ditar a prática certa ou errada, e nem fazer juízo de valor as metodologias das professoras observadas, mas gostaríamos de explicitar o quanto elas refletem na frequência dos alunos, na organização da sala e na perspectiva de superação destes.

Quando afirmamos que a prática pedagógica auxilia no combate à exclusão, é de modo que, ao atrair o aluno para o ambiente escolar, conseqüentemente a

evação é reduzida, e sendo reduzida subentende que o interesse pela continuação dos estudos trará resultados como: melhor qualificação, melhores empregos, melhoria na questão econômica e elevação da qualidade de vida. Com isso, o sujeito tende a sair da zona de pobreza. Fazendo uma metáfora, é como se esse individuo fosse subindo uma escada, ao passo que a cada degrau alçado, representa uma evolução social. E isso é um trabalho em conjunto, não basta apenas à prática da educadora da EJA, mas reafirmamos que ela contribuí muito para que esse trabalho de combate a exclusão consiga êxito.

3.1.3 Conhecendo as histórias de vida dos alunos e ex-alunos da EJA

Dando continuidade, agora iremos socializar alguns pontos dos diálogos realizados com alunos e ex-alunos da Educação de Jovens e Adultos, as quais consideramos mais importante, e que se adequa a nossa temática. Essas experiências foram de grande relevância para a efetivação deste trabalho.

No caso dos alunos, estamos nos referindo aos estudantes da EJA das duas escolas a partir das nossas visitas. Ao passo que nossas visitas se tornaram recorrentes na escola, fomos nos tornando mais “íntimas” dos profissionais e do alunado, por isso, foi comum às conversas nos corredores da escola, no refeitório, antes e depois das aulas..

Observamos uma turma do primeiro ciclo da alfabetização, sendo em sua grande maioria jovens. A nossa presença, de início, intimidou os educandos, mas logo procuramos criar naturalmente “laços” de amizade, e assim, as conversas fluíram de modo que, cada um queria despertar mais a nossa atenção. Ouvimos relatos como: “voltei a estudar porque quero fazer o curso de administração”, “voltei a estudar porque quero ser professora, para ensinar a quem não sabe ler”, outro dizia: “voltei a estudar porque quero tirar minha habilitação”.

Esses diálogos informais nos proporcionaram conhecer várias histórias de vida, o que direcionou a compreensão, na prática, como os fatores que citamos nos capítulos anteriores, isto é, as influências no contexto, incidem diretamente na escolarização de cada educando. Observamos, também, que os mesmos motivos, sejam eles: sociais, políticos ou econômicos, conduzem um indivíduo a interromper seus estudos. Em contrapartida, muitas vezes, são eles mesmos, que sensibilizam esses sujeitos a retomarem os estudos.

No tocante aos ex-alunos, as nossas entrevistas tinham a pretensão de conhecer de fato a realidade dessas pessoas, mesmo tendo feito leituras sobre o perfil desses jovens e adultos anteriormente, desejávamos ouvir suas histórias de vida dita especialmente por eles. A fim de responder nossos questionamentos, fizemos alguns contatos com colegas da UFPB e com pessoas próximas a nós que conheciam histórias de superação de pessoas que passaram pela EJA.

As entrevistas aconteceram da seguinte maneira: elaboramos um questionário com perguntas direcionadas a nossa temática, esse interrogatório foi respondido manualmente pelos entrevistados. A opção de cada um responder seu questionário foi uma estratégia nossa, a fim de verificarmos o grau da escrita, da interpretação e também para deixá-los “à vontade” na construção de suas respostas. É importante destacarmos o gênero de cada entrevistado, uma vez que isso tem influência e pode determinar os distintos motivos de interrupção dos estudos. Sendo assim, os três entrevistados estão organizados da seguinte maneira: O aluno A é do sexo masculino, B e C do sexo feminino. Dos três entrevistados apenas uma não está trabalhando no momento que é a Aluna C, os outros dois: Aluno A é inspetor de alunos e a Aluna B trabalha no Hospital de Trauma da capital e em um PSF.

Os ex-alunos da EJA, observados por nós, são pessoas que demonstram conhecer a importância que a educação exerceu nas suas vidas, não percebemos nas falas colocações de “dever cumprido”, mas todos eles apresentaram satisfação por ter “chegado”, porém anseiam por futuras consumações. E o que mais nos chamou a atenção, foi o fato dessas futuras realizações estarem interligadas a continuação dos estudos, ou seja, reafirmando o papel da educação na elevação pessoal e social dos indivíduos.

Apresentaremos agora, alguns pontos que consideramos pertinente a nossa temática:

QUADRO 1 - Os motivos que determinaram a não frequência da escola no tempo regular

Aluno A: “A distância, morava no interior e a escola pública ficava alguns quilômetros da minha casa, considerando que os meus pais não me incentivaram a frequentar a escola na idade regular”.

Aluno B: “Na época fiquei grávida, vivia no interior, tudo era muito difícil”.

Aluno C: “Motivos familiares”.

No que se refere aos motivos interruptivos, percebemos que, do ponto de vista de gênero, as mulheres habitualmente renunciam à escola porque engravidam, ou porque precisam cuidar do lar, dos filhos, do marido, e em alguns casos o marido não permite a continuidade dos estudos. Já para os homens, os motivos geralmente são destinados a responsabilidade de sustentar financeiramente a sua família. E como estes, na maioria das vezes advém da classe pobre, não tem como abdicar da sua remuneração (que garante o sustento básico), para poder continuar os estudos, podemos perceber isso no perfil dos entrevistados.

Esse primeiro quadro expressa esta dimensão de gênero e das condições sociais, quando os motivos da gravidez e da pobreza se tornam acoplado ao “abandono” escolar.

QUADRO 2 - Idade e como foi alfabetizado

Aluno A: “08 anos em casa com a minha tia e a minha mãe”.

Aluno B: “Com 07 anos”.

Aluno C: “SETE ANOS. Alfabetizada em casa com minhas tias”.

QUADRO 3 - Motivo que impulsionou a volta aos estudos

Aluno A: “Nunca parei de estudar, depois que ingressei com 11 anos de idade na escola formal, continuei meus estudos, assim como não parei ainda e nem pretendo parar”.

Aluno B: “As dificuldades para arrumar um emprego”.

Aluno C: “As minhas filhas”.

QUADRO 4 - Os maiores obstáculos encontrados na volta aos estudos

Aluno A: “Obstáculos tiveram muitos, inacessibilidade, dificuldades financeiras, conciliar o trabalho e os estudos desde cedo, transporte escolar, carência de material didático, disponibilidade de tempo e os recursos oferecidos pela escola precários”.

Aluno B: “Conciliar o trabalho e os estudos”.

Aluno C: “Foi não ter tido uma base no ensino fundamental”.

Aqui, no quadro 4 percebemos que além da pobreza, existe a influência da má qualidade desse ensino. Os entrevistados: A e C comungam com o mesmo pensamento quando explicitam o *défict* da educação oferecida pela escola. Neste caso, percebemos que não só a metodologia da professora determina o bom ensino, mas é preciso uma estrutura maior, que começa “de cima”. As políticas públicas e a forma com que a escola é assistida são pontos fundamentais para o bom funcionamento do trabalho pedagógico.

QUADRO 5 - Formação atual desses ex alunos da EJA.

Aluno A: “Pedagogo, conclusão do curso em 2013, pela UFPB”.

Aluno B: “Técnica em Enfermagem. Pela Faculdade São Vicente de Paula”.

Aluno C: “Concluindo o curso de Pedagogia pela UFPB”.

Nesse quadro 5, percebemos os resultados alcançados com a continuidade dos estudos, e entendemos que essa formação trouxe outros benefícios e conquistas aos ex alunos da Educação de Jovens e Adultos.

QUADRO 6 - Momento da vida em que se sentiu excluído

Aluno A: “Sim, diversas vezes, e acho que não é incomum, até porque vivemos numa sociedade arraigada no preconceito e na discriminação, pautada nos valores econômicos e bens materiais, infelizmente valemos o que temos, e, portanto, ser pobre nesse país é um preço muito caro que o sujeito paga mesmo antes de nascer, comigo não foi diferente”.

Aluno B: “Sim, pra conseguir um emprego melhor, sem ser em casa de família”.

Aluno C: “MAS OU MENO”. (*sic*)

Mesmo concluindo o ensino superior, a entrevistada C trás consigo características de um baixo nível de escolarização.

QUADRO 7 - Momento que faltou estudo necessário para fazer algo\ exercer alguma atividade

Aluno A: “Exemplo o vestibular, não conseguia compreender o edital e as informações divulgadas na mídia acerca do processo. [...] sou interiorano e ex-aluno da EJA, fiz supletivo (nomenclatura da EJA em anos anteriores) no 2º e 3º ano do ensino médio e nesse sentido a EJA é fragilizada em termo de conteúdo e aprendizagem. Quando vim morar em João Pessoa passei um processo de readaptação da zona rural a zona urbana, e por isso tudo me parecia muito difícil, lia e escrevia, porém a linguagem da cidade é algo novo e moderno, a qual dificultava as minhas relações pessoais, trabalhistas, econômicas e escolares.”.

Aluno B: “Pra conseguir um emprego numa loja”.

Aluno C: “... no momento em que participei de uma seleção para o trabalho”.

No quadro 7, nota-se alguns indícios da consequência que a falta dos estudos provoca, e como resultado: a exclusão.

QUADRO 8 - O sentimento diante das dificuldades citadas anteriormente

Aluno A: “Impotente, desprezado, incapaz, isolado e sem forças emocionais. Porque eu estava vivendo uma realidade a qual não sabia lidar por conta das minhas limitações, que inclusive não sou culpado, foram falta de oportunidades educacionais”.

Aluno B: “Me senti desestimulada, arrependida por não ter concluído os meus estudos na época”.

Aluno C: “Decepcionada”.

QUADRO 9 - Reação para mudar a situação que se encontrava

Aluno A: “Lutar e não desistir, os nossos objetivos não podem ser abandonados, precisam ser conquistados, assim como os objetivos desta pesquisa, se não há objetivos, não há rumo, se não há rumo, não há finalidades, conclusão, realização, satisfação. Portanto queria fazer um curso superior, não importava as dificuldades e nem os obstáculos, e sim minha resistência e a forma como iria encarar as situações”.

Aluno B: “Fui em busca dos estudos”.

Aluno C: “Seguir em frente que outras oportunidades apareceram”.

QUADRO 10 - Os sonhos almejados

Aluno A: “Fazer mestrado e doutorado em educação”.

Aluno B: “Ainda vou fazer um curso superior”.

Aluno C: “Passar em um concurso público”.

QUADRO 11: Recado para aqueles que não concluíram os estudos ou estão pensando em parar de estudar

Aluno A: “A necessidade nos dizem o que precisamos, acredito que é muito visível a necessidade da aprendizagem escolar, a qual não pode parar em momento algum, até porque nunca paramos de aprender, aprendemos ao longo da vida, a escola é uma ferramenta de valor significativo, e é por meio dela que conseguimos nossos objetivos e amenizamos as fragilidades da nossa vida, a qual também promove a ascensão e a emancipação social. Precisamos da escola e sobretudo da aprendizagem a todo instante, o mundo moderno exige um sujeito cada vez mais hábil e com habilidades diferenciadas, as empresas se

modernizaram e também exigem funcionários que não saibam apenas ler e escrever, mais que sejam capazes, dinâmicos e abertos aprendizagem”.

Aluno B: “Gostaria de dizer que o principal é enfrentar, sem medo. os obstáculos da vida, superar tudo, dar a volta por cima. A volta aos estudos me deixou mais feliz e realizada”.

Aluno C: “Não pare de estudar. Continuem esses persistindo no seu objetivo por que a sociedade precisa de pessoas letradas”.

Depois de explicitarmos brevemente um pouco do contexto dessas pessoas, percebemos que a EJA foi de grande valia para a formação atual destes, no qual todos esses três entrevistados estão empregados e traçando carreira educacional a nível superior. A medida que íamos estruturando a sua trajetória de vida resumida nesse questionário, percebemos que houve evolução, englobando os fatores sociais, econômicos e culturais na vida dos referidos entrevistados.

Apresentamos aqui, três histórias de ex-alunos da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando que as respostas estão digitadas da mesma maneira com que eles escreveram, e por quais razões estamos enfatizando isto? Ao analisarmos o conteúdo das respostas cedidas, percebemos a diferença entre o aluno **A** e os demais, **B** e **C**. Observamos que principalmente o aluno **C**, trás consigo características que evidenciam um *déficit* de escolarização, mesmo este concluindo os estudos, em virtude de a sua escrita ser marcada por um processo incipiente de aprendizagem no passado, como ele (o aluno C), mesmo relata em uma de suas falas, justificando os principais obstáculos, ou seja, “Não ter tido uma base no ensino fundamental”.

Por outro lado, percebemos uma superação a todos esses fatores que relatamos ao longo do trabalho, pois é prazeroso para nós trazeremos exemplos que foram frente a tudo aquilo que as questões: sociais, econômicas, políticas, tentaram determinar em suas vidas. Mas, ao mesmo tempo, que nos alegamos com esses exemplos, gostaríamos de expressar que a nossa intenção não era surpreender com histórias que ultrapassam a regra, pois na nossa concepção elas deveriam ser corriqueiras em nosso país.

As nossas visitas nas escolas e as entrevistas com os ex-alunos tiveram como intenção observar como a Educação de Jovens e Adultos influencia na mudança social desses aprendizes. Após essas visitas às escolas e os relatos dos

ex-alunos da EJA, percebemos que a Educação, e neste caso, a referida modalidade, é importante para a mudança que estes sujeitos tanto almejam, pois mesmo com todas as dificuldades, eles enxergam na educação o início e uma possibilidade de superação e realização, independente dos seus desejos, desde conseguir ingressar na universidade, obter um melhor emprego, uma habilitação de motorista ou simplesmente se alfabetizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, observamos que as orientações legais, programas e projetos educativos, parcerias com instituições privadas (Sesc\ Senac), os quais auxiliam na efetivação do ensino, apesar de se constituírem em um avanço como políticas públicas, não são suficientes para o enfrentamento da exclusão. Esse combate se dá mediante a um conjunto de fatores, que devem funcionar de forma articulada. É preciso, ainda, um planejamento em longo prazo, mas para isso, entendemos ser necessárias transformações das ações atuais, considerando a escola como um grande instrumento, porque não dizer o principal.

Mesmo enfatizando o papel da escola na sociedade, é importante explicitarmos que não basta apenas garantir as matrículas aos indivíduos, pois não basta apenas inseri-los na escola. É preciso criar condições para a permanência dos educandos, uma vez que a inclusão não se resume ao ato de garantia de acesso, mas de propiciar uma contínua assistência no desenvolvimento pleno do aprendiz.

Diante do exposto, procuramos observar nas nossas visitas e nas entrevistas com os ex-alunos da EJA, de que maneira a escola contribuiu para amenizar a exclusão social, e podemos constatar que essa referida instituição foi determinante para essas pessoas, uma vez que foi através da educação que elas alcançaram melhores empregos, formações educacionais e até mesmo uma “nova forma de olhar a vida, só que agora lendo as palavras”, depoimento de um dos educando da escola de Bayeux.

Por a escola ser um espaço de troca de conhecimentos e experiências, ela deve estar atenta às contínuas mudanças que decorrentes do mundo, pois em um mundo que está, em constante transformação social, tecnológica e cultural, faz-se necessário uma prática pedagógica que transcenda o ato de ler, escrever e contar.

Entendemos que existem diferentes maneiras do aluno ser “excluído” da escola, e essas maneiras são caracterizadas e vivenciadas por cada indivíduo, na medida em que este não pode ser considerado agente crítico, ativo e transformador de sua realidade, apenas pelo simples fato de saber ler e escrever. Em que sentido terá essa alfabetização se ela não coincidir com a vida pública do aluno? Esta alfabetização não pode ser considerada um ato mecânico, ela deverá ser apenas o

início de um inacabado caminho produtivo, de um conhecimento crítico e contextualizado. Falamos contextualizado pelo fato de que cada região e cada época possuem necessidades específicas, como nos apresenta Freire: “uma coisa, por exemplo, foi trabalhar em alfabetização e educação de adultos no Brasil dos fins dos anos cinquenta e começos dos sessenta, outra, foi trabalhar em educação popular durante o regime militar”, (FREIRE, 1993, p.47).

Acreditamos que é possível sim, obtermos e oferecermos, uma educação transformadora, como já dizia Freire, uma educação como prática social, como prática da liberdade!, que atenda às necessidades dos educandos, e que além de alfabetizar, possa despertar nos alunos, o sentimento de criticidade e a percepção do meio em que vivem.

Por sua vez, a educação de Jovens e Adultos, é um importante suporte para o desenvolvimento dessa criticidade, pois ela não representa apenas uma reparação social com aqueles que não tiveram acesso à educação na idade dita regular, mas é considerada também como o início de uma série de direitos civis, inerentes ao ser humano.

Concluimos que a escola mesmo não sendo a única responsável pelos problemas sociais, consideramos como a nossa maior aposta de mudança, a fim de reparar os problemas excludentes da nossa sociedade. Pois, não há como se posicionar de maneira neutra, frente às inúmeras questões que caracterizam o Brasil, uma vez que nosso país nos últimos anos vem obtendo destaque em meio a outros países economicamente bem sucedidos, mas a nossa desigualdade social continua atingindo dados alarmantes.

A escola não pode ser omissa quanto à precariedade da saúde pública, da educação, dos altos impostos cobrados pelo governo, da falta de saneamento básico. Diante desses fatores, não podemos nos omitir às tamanhas incoerências e injustiças. Não podemos continuar na inércia de naturalizar os problemas sociais que permeiam o nosso país. A escola não pode ser conivente a esse sistema excludente e alienante, pois esses problemas estão atrelados visivelmente ao nosso cotidiano, e a nossa conduta diz muito do tipo de país que queremos construir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. Ministério da educação. **Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea) VI: Marco da ação de Bélem.** 2010. Disponível em:
http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UII/confitea/pdf/working_documents/Belem%20Framework_Final_ptg.pdf Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações para a organização do Ciclo Inicial de Alfabetização. **Preparando a escola e a sala de aula.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2004. Disponível em:
http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/publicacoes/Caderno_3.PDF Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996-2004.** Brasília, 2007. Disponível em:
<file:///C:/Users/Camila/Downloads/vol1ejaelt.pdf> Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos. A sala de Aula Como um Espaço de vivência e aprendizagem (Caderno 2).** Brasília, 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno2.pdf Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Observação e Registro (Caderno 3).** Brasília, 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno3.pdf Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. **Parecer CNE\ CEB 11.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf Acesso em: 01 mar. 2014.

CORRÊA, Luiz Oscar Ramos. **Fundamentos Metodológicos em EJA I.** Curitiba: IESDE. 2009.

ESTIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias,** 2003. Disponível em:

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf> Acesso em: 28 fev. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**. Século XXI Escolar. 4. Ed. Revista e Ampliada do Minidicionário Aurélio para o FNDE\ PNLD, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo. Cortez, 1993.

_____. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade**. 14° ed. , Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação e Mudança**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 43 edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Política e Educação**: ensaios. São Paulo. Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. Curitiba: Positivo, 2005.

_____. **Educação de Adultos como Direito Humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correias de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de Jovens e Adultos**- em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 p, 27-58.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. São Paulo: Vozes, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IRELAND, Timothy D; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. **Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos**: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada, 2005.

LUDKE, Mega; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de André. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

MOURA, Tania Maria de Melo. **Educação de Jovens e Adultos**: currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento. Maceió: EDUFAL, 2008, p.156.

SOUZA, Maria Antônia. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI.** Ponta Grossa-PR. Ed. UEPG, 2005, p.232.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil:** revendo alguns marcos históricos, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO APLICADO

QUESTIONÁRIO

ESSA ENTREVISTA SERÁ DE GRANDE VALOR, POIS CONTRIBUIRÁ COM A NOSSA PESQUISA, VISTO QUE, BUSCAMOS CONHECER O PERFIL DOS SUJEITOS QUE CONCLUÍRAM OS ESTUDOS NA EJA. NÃO É OBRIGADO SE IDENTIFICAR, MAS SE PUDEREM, TEREMOS A SATISFAÇÃO DE MOSTRAR A SUA HISTÓRIA DE LUTA, MUITO OBRIGADA!

NOME:

IDADE:

SEXO:

1) QUAL FOI O MOTIVO QUE FEZ VOCÊ NÃO TER FREQUENTADO A ESCOLA NO TEMPO ADEQUADO, OU AINDA, NÃO TER CONTINUADO A ESTUDAR?

2) COM QUANTOS ANOS FOI ALFABETIZADO?

3) EM QUAL ESCOLA ALFABETIZOU-SE? EM QUE CIDADE?

4) O QUE LHE MOTIVOU A VOLTAR A ESTUDAR?

5) NA ÉPOCA EM QUE RETOMOU OS ESTUDOS, PENSOU EM DESISTIR EM ALGUM MOMENTO?

6) QUAIS FORAM OS MAIORES OBSTÁCULOS ENCONTRADOS POR VOCÊ NESSE CAMINHO DE VOLTA AOS ESTUDOS?

7) VOCÊ RECEBEU ALGUM INCENTIVO PARA CONTINUAR OS ESTUDOS? DE QUEM?

8) QUAL É A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR ATUAL?

**9) FEZ ALGUM CURSO APÓS A CONCLUSÃO DOS ESTUDOS NA EJA?
QUAL(AIS)?**

**10) JÁ PARTICIPOU DE ALGUM CONCURSO PÚBLICO? CONSEGUIU ÊXITO?
ESTÁ EXERCENDO O CARGO? QUAL?**

**11) VOCÊ ESTÁ EMPREGADO ATUALMENTE? QUE ATIVIDADE VOCÊ
EXERCE?**

**12) VOCÊ JÁ PENSOU SE NÃO TIVESSE RETOMADO OS ESTUDOS? COMO
VOCÊ ACHA QUE SERIA SUA SITUAÇÃO HOJE?**

13) EM ALGUM MOMENTO DA SUA VIDA, VOCÊ SE SENTIU EXCLUÍDO?

**14) EM ALGUM MOMENTO DA SUA VIDA LHE FALTOU O ESTUDO
NECESSÁRIO PARA FAZER ALGO/EXECER ALGUMA ATIVIDADE?**

15) EM QUE MOMENTO? PARA FAZER O QUÊ?

16) COMO VOCÊ SE SENTIU QUANDO ESSE FATO ACONTECEU?

17) O QUE FEZ PARA MUDAR ESSA SITUAÇÃO?

18) VOCÊ ATUA EM ALGUMA COMUNIDADE/ASSOCIAÇÃO?QUAL?

19) VOCÊ VOTA?

20) COMO VOCÊ FAZ PARA ESCOLHER OS CANDIDATOS?

21) O QUE VOCÊ GOSTA DE FAZER NOS MOMENTOS DE LAZER?

22) VOCÊ TEM ALGUM SONHO? QUAL?

23) DEIXE ALGUM RECADO PARA AS PESSOAS QUE NÃO TERMINARAM OS ESTUDOS, OU AINDA, PARA OS QUE ESTÃO PENSANDO EM DEIXAR DE ESTUDAR